



**CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP
PORTO DE SANTOS
ATA DA 469ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

Ao 1º (primeiro) dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, presencialmente, na sede da Associação Comercial de Santos – ACS, localizada na Rua Quinze de Novembro, 137, Centro, Santos, SP, realizou-se a quadringentésima sexagésima nona Reunião Plenária Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos – CAP. Fica registrado que alguns Conselheiros e Convidados participaram por videoconferência sendo que a presente reunião foi gravada integralmente, e ficará arquivada na sede da Autoridade Portuária de Santos S.A.. Participaram os Representantes do Poder Público: Dino Antunes Dias Batista, pela SNPTA; Fernando Biral e Marcelo Ribeiro, pela Autoridade Portuária; Rodrigo Balbuena, pela Anvisa; Gabriela Akemi e André Okubo, pelo MAPA, Julio Eduardo, pela PMS; e Jairo Almeida, pela PMG. Os Representantes da Classe Empresarial: José Edgard Laborde, pela ABTRA; Leonardo Ribeiro, pela ABTP; Regis Prunzel, pelo SOPESP; e Mauro Sammarco, pela ACS. Os Representante dos Trabalhadores Portuários: Bruno dos Santos, pela FNE; e Wilk Aparecido, pela FENCCOVIB. Participaram também, como convidados permanentes, Martin Aron, Eduardo Lopes, e, como representante dos Trabalhadores no CONSAD da SPA, Sidney Verde. Participaram ainda como convidados: Fabrizio Pierdomenico, pela AEB; e Haroldo Parri, pela Receita Federal. Participaram, de maneira remota, Francisco de Souza, pela FNE; José Cavalcanti, pela FENCCOVIB, Marcos de Santis, pela ATP; e pela Autoridade Portuária, Afrânio de Paiva, Diretor de Infraestrutura; Orlando Razões, Gerente de Projetos e Fiscalização; Matheus Trocoli Novaes, Gerente de Manutenção de Infraestrutura; Teofanes Estefania Signor, Assessora da Diretoria da Presidência; Bruno Tolino Grecco, Superintendente de Planejamento Portuário; e Daniel Tamburus, Gerente de Dragagem. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo como Secretário Executivo, Jorge Leite dos Santos, e apoio do Assistente Pleno, Thiago Rodrigues Alves, e do Técnico Portuário, Reginaldo Brito de Lima. Os Representantes da Autoridade Marítima e FNP não compareceram à reunião, justificando as ausências. Iniciando a reunião, o Presidente do Colegiado passou ao item **I – ABERTURA**. Foi submetida aos Conselheiros



a ata da 468ª Reunião Ordinária que lida e achada conforme, foi aprovada pelos Conselheiros. Em seguida, o Presidente passou ao item **II – ASSUNTOS GERAIS**. Foram apreciados os seguintes temas: **II.01** – Follow up sobre o processo de desestatização do Porto de Santos. O Presidente do Colegiado, Dino Antunes Dias Batista, informou que já foram iniciadas as primeiras conversas com a equipe de transição do novo governo que assumirá em 01/01/2023, a fim de avaliar todo o processo de desestatização do Porto de Santos. O Conselheiro Regis Prunzel sugeriu que fosse levado ao conhecimento da equipe de transição de que os projetos de infraestrutura em andamento na Autoridade Portuária de Santos – SPA, em especial os acessos rodoviário, ferroviário e aquaviário, continuem sendo priorizados e mantenham cronograma adequado a fim de que tenhamos capacidade de atender os volumes de exportação e importação previstos no PDZPO, bem como para atender os requisitos e obrigações contratuais dos arrendamentos e autorizações dos operadores e terminais instalados na Baixada Santista. O Conselheiro Mauro Sammarco, tendo em vista os relevantes resultados alcançados no Porto de Santos, destacou a importância de se manter equipe com perfil técnico na gestão da Autoridade Portuária. Colocado em votação, o Colegiado aprovou, por unanimidade, a sugestão dos Conselheiros solicitando que a Secretaria tome as devidas providências. Foi solicitado ainda, incluir o pedido para que seja avaliado pela equipe de transição, a possibilidade do Conselho de Autoridade Portuária voltar a ser deliberativo. Relativamente ao tema, o Colegiado decidiu em tratar deste assunto posteriormente. Para o assunto foi emitida a Carta CAP nº 008.2022, datada de 06/12/2022. **II.02** – Follow up sobre o projeto da Ferrovia Interna do Porto de Santos – FIPS. A Assessora da Diretoria da Presidência, Teofanes Estefania Signor, realizou um overview sobre o assunto destacando que foi divulgado o resultado, não havendo recursos, sendo que o prazo para entrega final do plano, bem como a análise da SPA estão previstos para primeira quinzena de dezembro/2022. Após essas etapas, caso esteja tudo de acordo, o contrato deverá ser assinado, previsto para segunda quinzena de dezembro. Após a assinatura do contrato iniciará um prazo de 90 dias de transição da operação da FIPS passando da Portofer para a associação, e um prazo de 180 dias para a apresentação do projeto executivo e cronograma de obras com prazo de até três anos e 360 dias para os investimentos com prazo de até 5 anos pela associação para a Autoridade Portuária, que terá um prazo de até 45 dias para validar ou não os mesmos. O Conselheiro Leonardo Ribeiro questionou sobre o cronograma de investimentos rodoviários na margem direita e



como estão previstos nas responsabilidades dos contratados e a situação das licenças ambientais. Assim como os prazos totais para assinatura dos contratos e conclusão das obras. A Assessora respondeu que a ordem de execução dos investimentos será estabelecida quando começar a execução do contrato, lembrando que alguns investimentos possuem prazo preestabelecido de entrega de até 1 (um) ano ou 3 (três) anos, por serem investimentos mais prioritários e importantes, sendo que a ordem será através de uma proposta apresentada entre a associação e a autoridade portuária para validação, e em relação a situação das licenças ambientais informa que está em processo de regularização por parte da Rumo com o IBAMA através de um termo de compromisso realizado em outubro deste ano, já as licenças ambientais das obras ficará sob responsabilidade da associação. Por fim a assessora comunicou que o cronograma de obras deve ocorrer dentro de cinco anos a partir do projeto executivo aprovado, com as obras prioritárias tendo que ser entregues no prazo de um ou três anos.

II.03 – Follow up sobre dragagem de área do Porto Organizado no acesso a terminal privado. O Superintendente de Planejamento Portuário, Bruno Tolino Grecco, esclareceu que com a padronização das tabelas tarifárias pela Antaq todos os custos referentes à dragagem sejam de canal, acesso ao berço ou do próprio berço foram destinados a mesma tabela, a solução encontrada junto com a agência foi padronizar um desconto aos terminais onde não fazemos dragagem de acesso ao berço ou do próprio berço. O representante dos terminais privados, Marcos de Santis, apontou dúvida em relação a dragagem de área localizada hoje dentro da poligonal do Porto Organizado, já que de acordo com a Portaria 66, de 18 de janeiro de 2022, existe uma área extensa logo na frente do cais do terminal privado que está dentro do Porto Organizado e que gerou a situação da empresa privada estar dragando dentro da área do Porto Organizado inclusive usando PDO e área para esses resíduos, e a questão de um TUP realizar dragagem dentro do Porto Organizado, e apesar dos descontos mencionados esclarece que este desconto é ofertado aos armadores e não aos terminais, também lembrando que mesmo este desconto não é aplicado mais aos armadores desde que a Centronave judicializou a questão. O Superintendente respondeu que o desconto suspenso pela questão judicial da Centronave tratava-se de descontos de prerrogativa da Autoridade Portuária, mas os descontos normatizados pela Antaq não podem ser suspensos pela SPA. Em relação à dragagem nesta área, devido à dificuldade da SPA para realizar uma nova contratação para a dragagem desta área, enquanto isso o terminal privado opta por realizar a dragagem tendo como



contrapartida futuro desconto tarifário, e conclui que já há contatos com a DPW para formalizar todo o processo entre as partes, além de conversas com a Antaq para modificar a tabela e evitar esta situação. **II.03** – Follow up sobre manutenção da Estrada da CODESP para acesso aos terminais localizados na Ilha Barnabé; O Gerente de Manutenção de Infraestrutura, Matheus Trocoli Novaes, comunicou que os serviços já foram realizados no acesso a Ilha Barnabé, na região da rotatória foi feito um reparo mais profundo com frisagem e recapeamento, no restante da estrada foi realizado um tapa buraco, restando apenas reparos pontuais na área do acostamento. Na margem direita o trecho do Valongo até a Ponta da Praia foi realizado um tapa buraco e troca de tampas. Devido a situação crítica deixada após três meses sem os serviços de manutenção necessários, o gerente informou também que na próxima semana, os esforços das equipes serão divididos entre as duas margens, sendo que na margem esquerda atuará principalmente no acesso à Santos Brasil e em seguida no acesso provisório da Cônego até a Santos Dumont. **II.05** – Follow up sobre o andamento da segunda fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda. Presentes na reunião, o Diretor de Infraestrutura, Afrânio Junior, e, o Gerente Orlando Razões, realizaram apresentação sobre o atual estágio da obra da 2ª fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda, destacando os serviços realizados até a presente data, conforme relacionados a seguir: a) intervenção em 2 KM de vias; b) Aproximadamente 1 KM de novas vias; c) Viaduto de transposição da Cônego Domenico Rangoni, com 500m de extensão; e, d) Via elevada na Avenida Santos Dumont, com 1 KM de extensão. Relativamente as tratativas do processo de desapropriação, prestou as seguintes informações: a) Etapas Concluídas: a1) Inclusão na Poligonal do Porto Organizado de Santos (Portaria nº 77, de 07/06/2020), a2) Declaração de Utilidade Pública (Portaria nº 2286, de 16/11/2020, a3) Valorização das áreas (Caixa Econômica Federal (terrenos) e Valor (benfeitorias). b) Etapas em andamento: b1) Reuniões com proprietários das áreas particulares, b2) Tratativas sobre as áreas de marinha e seus acrescidos (União), b3) Tratativas com a Prefeitura Municipal do Guarujá (relocação de famílias impactadas e Documentação necessária ao Licenciamento Ambiental). Após apresentação ocorreram algumas perguntas que foram respondidas prontamente pelos técnicos presentes. Ao Final, o colegiado agradeceu pelas informações prestadas solicitando que a apresentação seja arquivada na Sede da Companhia. **II.06** – Aprovar agenda de reuniões do Colegiado para o ano de 2023. O Colegiado aprovou a agenda de reuniões para 2023 conforme a seguir: 16/01, 13/02, 20/03, 17/04, 22/05, 19/06, 17/07, 21/08, 18/09, 16/10,



13/11 e 11/12/2023. Dando sequência à pauta do dia, o Presidente passou ao item **IV – OUTROS ASSUNTOS**. Foram apreciados os seguintes temas: 1) Relativamente aos serviços de Dragagem. O Conselheiro Leonardo Ribeiro questionou sobre o cronograma de dragagem para 2023. O Gerente de Dragagem da SPA, Daniel Tamburus, informou que a SPA está terminando a mobilização do novo contrato de batimetria para na próxima semana sendo que a embarcação iniciou o monitoramento multifeixe tanto do canal quanto dos berços conforme programando na nova campanha de dragagem. Informou também que existe um acompanhamento dos e-mails informando as janelas operacionais dos terminais e esclarece que o terminal que oferecer uma janela fixa será priorizado na dragagem de manutenção de seu berço. O Presidente da SPA, Fernando Biral, informou que em relação ao aprofundamento do 12 ao 23 a SPA busca a colaboração de todos para realizar ainda neste mês de dezembro a batimetria sísmica para conhecer a situação deles e então avaliar a necessidade da dragagem de aprofundamento, com a expectativa que o volume seja baixo e assim tentar realizar ainda em janeiro a batimetria dos berços dos terminais, para que em fevereiro, tendo boas notícias nas batimetrias, homologar novos calados. 2) Assédio Sexual. O Presidente do Colegiado salientou que a Secretaria de Portos solicitou que todos os seus representantes em Conselhos e Comitês envolvidos nos trabalhos relacionados aos serviços portuários tratassem sobre o tema assédio sexual dentro do ambiente portuário, tendo em vista o desconhecimento de vários órgãos e entidades em abordar o tema, existem vários protocolos que necessitam ser divulgados para conhecimento de todos que devem ser de conhecimento da comunidade portuária, a fim de que possam agir dentro da legislação. Isto posto, o presidente solicitou, que todos os conselheiros e convidados deste Colegiado, façam avaliação sobre o tema especificamente voltado a sua empresa ou entidade sindical, a fim de que seja abordado a partir da próxima reunião, sempre no intuito de buscar os melhores resultados para tratar do assunto. O Colegiado entende que o tema é de grande importância para a Comunidade Portuária, deliberando que, a Comissão de Agenda Temática – CAT, realize uma avaliação sobre o assunto para que seja apresentado na próxima reunião. Não havendo manifestações, o Presidente passou ao item **V – ENCERRAMENTO**. Tendo em vista ser a última reunião ordinária do ano, o Presidente do Colegiado, Dino Batista, aproveitou a oportunidade para agradecer a todos pelos trabalhos realizados durante o ano de 2022, e desde já desejando a todos um feliz natal e um prospero ano novo. Nada mais a ser tratado, o Presidente do Colegiado agradeceu a



presença de todos e encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente ata. Fica registrado que o Presidente e o Secretário Executivo do Colegiado assinarão a respectiva ata e consolidarão, em documento único, a lista de presença. Mesa: Dino Antunes Dias Batista – Presidente; Jorge Leite dos Santos – Secretário Executivo. Conselheiros Presentes: Fernando Biral, Marcelo Ribeiro, Rodrigo Balbuena, Gabriela Takeda, André Okubo, Júlio Eduardo, Jairo Almeida, José Laborde, Leonardo Ribeiro, Regis Prunzel, Mauro Sammarco, Bruno dos Santos e Wilk Aparecido. Conselheiros Presentes (por videoconferência): Francisco de Souza e José Cavalcanti.

Dino Antunes Dias Batista
PRESIDENTE

Jorge Leite dos Santos
SECRETARIO EXECUTIVO